

Turismo: uma busca de outra racionalidade

Carlos Alberto Cioce Sampaio*

Resumo

A temática do Turismo tem sido estudada sobretudo sob a ótica das Ciências Sociais Aplicadas. Utilizando-se também de referências bibliográficas das Ciências Humanas, este ensaio tem como objetivo sugerir proposições que ampliem o entendimento desta temática. Metodologicamente, indicou-se a necessidade de incorporar, no debate científico, tipos de racionalidade e conhecimento tácito existentes em processos que compartilham experiências novas e que nem sempre se utilizam necessariamente da racionalidade utilitarista individualista, que por sua vez é uma das causadoras do distanciamento das benesses da atividade turística às comunidades receptoras em experiências de implementação da Agenda 21 e do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

Palavras-chave: Turismo sustentável; sociologia do turismo; metodologia do turismo.

Abstract

This essay is based on bibliographical references of Humanities and the Applied Social Sciences. It presents propositions for enlarging the understanding of Tourism. Tourism is defined as the study of the relationship between the human displacement and permanence based in the space-time dimension. Methodologically, it brought to the scientific debate types of rationality and tacit knowledge in processes that share new experiences which not always necessarily make use of the individualistic utilitarian rationality, originated from the estrangement of the benefits from the touristic activity to the hosting communities as seen by the experiences in Agenda 21 and of Brazilian Plan of Tourism Municipalization (PNMT).

Key-words: Sustainable tourism; sociology of tourism; rationality.

1 – INTRODUÇÃO

A temática turismo deve ser tratada com um enfoque interdisciplinar, diferentemente do que normalmente se verifica nos estudos teóricos, metodológicos e empíricos inseridos nas

* Doutor, Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB), Pesquisador do Núcleo de Meio Ambiente e Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Ciências Sociais Aplicadas. O objeto turismo, como outros, transcende a perspectiva disciplinar de um sujeito. Tratá-lo dessa forma é distorcer o fato social. Entretanto, não se quer apenas criticar, mas também apontar soluções. Assim, tem-se como objetivo, neste ensaio, sugerir proposições que ampliem o entendimento da temática turismo.

Distorções também ocorrem na temática da administração, que, aliás, é o berçário do enfoque tradicional do turismo, pois ambas as temáticas muitas vezes tratam hipóteses como se fossem realidades já verificadas, resultando em modelos dedutivos incompletos que muitas vezes são tidos como modelos acabados.

A razão societária vigente baseia-se no consenso utilitarista que distorce o sentido de felicidade ao ponto de que seja sinônimo de se obter bens e serviços (mercadoria), de forma a substituir as satisfações afetivas, e, assim, se correr o risco de dela tornar-se escravo, tendo a necessidade material sempre crescente, para mascarar a nossa insatisfação afetiva e o nosso mal-estar (MARCUSE apud SACHS, 1986; DE MASI, 2000; KRIPPENDORF, 2001).

Não se tem dúvida de que o turismo supera, na sua essência, a perspectiva de uma atividade compensatória à neurose da pressão ou excesso de trabalho e geradora de mazelas societárias, tais como a concentração de renda, a supremacia dos espaços urbanos sobre os rurais, descaso com os recursos naturais e tantos outros. A atividade turística pode ser vista além da sua dimensão econômica (negócio do ócio). Ela deve agregar outras dimensões – social e ambiental –, podendo transformar-se em uma estratégia alternativa de um desenvolvimento mais sustentável, valorizando e preservando tradições e relações sociais, racionalizando o uso dos recursos naturais, e, ainda, gerando renda e aproveitando as capacidades humanas locais.

2 – UM CONCEITO PROSPECTIVO

Está-se partindo de um conceito de turismo que é o estudo da relação entre o deslocamento e a permanência humana parametrizada na dimensão espaço-tempo. Deslocamento

humano é a migração de pessoas entre espaços locais¹ e permanência humana, é a fixação de pessoas nos espaços locais. O tempo não é completamente isolado e independente do espaço, mas sim eles se combinam para formar um elemento espaço-tempo, isto é, o espaço interage com o tempo, um modificando o outro (HAWKING, 2000)². Quando se está no município de residência (permanência), a noção de tempo e de espaço é percebida diferentemente de quando se está num município passando férias (deslocamento).

Existe uma relação dialética ora simétrica ora assimétrica entre deslocamento e permanência humana provocada pela dinâmica societária, conforme algumas teorias elucidam, como o materialismo dialético, os ciclos civilizatórios e os paradigmas.

Para Marx (1990) e Marx e Engels (1996), a realidade é um movimento constante. Num primeiro estágio, o homem deve estar em condições materiais de viver para fazer história. Tão logo satisfeita, criam-se novas necessidades. A produção material tende a se recriar da mesma forma que o homem. O homem quer se perpetuar (como seu criador). Configura-se uma massa de forças produtivas que determina o estado social. Surge a consciência, sobretudo de que o homem vive em inter-relações com outros homens. O último estágio, a consciência, é um produto social, portanto se renova.

Toynbee (1987) define *civilização* como *uma qualidade especial ou uma fase de cultura que tenha exibido durante determinado período* (p. 46). A característica predominante que define os ciclos civilizatórios é a autodeterminação, que, segundo o autor, significa auto-articulação, e através dela se pode

¹ O espaço é um conjunto indissociável de que participam, de um lado, o arranjo de elementos territoriais, naturais, econômicos, sociais e culturais, e de outro, a vida que os preenche e os anima, isto é, a sociedade em movimento (SANTOS, 1994).

² A partir da teoria geral da relatividade e de suas derivações, selou-se o fim da idéia de tempo absoluto. Surgiam, então, as bases para se afirmar que o tempo não é completamente isolado e independente do espaço, mas sim que eles se combinam para formar um elemento chamado espaço-tempo. Para melhor compreendê-la, utiliza-se o exemplo do paradoxo dos gêmeos: *uma mãe deu à luz um par de gêmeos. Ambos viveram em lugares diferentes. Um viveu no topo de uma montanha e o outro viveu no nível do mar. O primeiro gêmeo envelhecerá mais rápido do que o segundo, isto é, ao se encontrarem novamente, um será mais velho do que o outro* (HAWKING, 2000, p. 59).

analisar o processo pelo qual as civilizações realmente crescem e declinam. A articulação não é uma coleção de pessoas, mas um conjunto de relações; é o campo de interação de dois ou mais sujeitos. Essas interações modificam o homem.

Kuhn (1970) define paradigmas como sendo *realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência* (p. 13). Um novo paradigma surge quando o anterior não mais consegue solucionar a maioria dos problemas societários.

Essas três teorias apontam que a dinâmica societária incuba novas maneiras de agir das pessoas, ao mesmo tempo que, no seu âmbito, desaparecem formas de agir tradicionais. Esse fenômeno deve ser estudado para se poder planejar a demanda e a oferta de bens e serviços desse fluxo de modelos de desenvolvimento humano. O que se percebe, no intervalo espaço-tempo contemporâneo, é que a racionalidade vigente utilitarista econômica não responde mais às questões da maioria da população planetária quando se analisam alguns indicadores socioeconômicos apontados a seguir

TABELA 1 – Indicadores socioeconômicos

Indicadores	Países com Índice de Desenvolvimento Humano		
	Elevado	Médio	Baixo
Demografia	18% da população	71	11
Expectativa de vida ao nascer(*)	77 anos	67	51
Taxa de alfabetização de adultos	99%	77	49
PIB per capita	U\$ 22.000	3.458	1.000

Obs.: (*) Os países com a maior e a menor expectativa de vida são, respectivamente: o Japão, com 80 anos, e Serra Leoa, com 38 anos.

Fonte: Human Development Report 1999.

Os pressupostos de uma nova racionalidade que responde à maioria dos problemas societários devem ponderar o utilitarismo econômico vigente dentro de parâmetros aceitáveis e restritos ao equacionamento do sistema de mercado (tratar produtos apenas como mercadorias), ao mesmo tempo que possa promover o surgimento de um sistema regulador socioeconômico-ambiental

que utilize no seu bojo uma racionalidade humana dita mais solidária, de comunhão, alternativa, em que possam emergir micro, pequenos, médios e grandes empreendimentos (SACHS, 2001).

A racionalidade solidária surge da insatisfação moral (vácuo institucional) provocada pelos interesses individuais baseados no cálculo de meios e fins utilitaristas (SEN, 2000). É difícil de imaginar que um proprietário de hotel não fique perturbado ao despejar o esgoto sanitário da sua empresa no mar. Neste contexto, surge a necessidade de um debate ético, tal como concebe o Código Ético Mundial para o Turismo (WTO, 2002).

O empreendedorismo, tal como concebido por Schumpeter (1997), é uma atividade que supera a racionalidade utilitarista, sobretudo quando utilizada no seu extremo. O empreendedor schumpeteriano é visionário; possui responsabilidade social junto a sua comunidade. O empreendedorismo deve estimular um desenvolvimento socioeconômico-ambiental endógeno (distante da tradição neocapitalista), utilizando as capacidades locais. Para Schumpeter, o Estado, como fomentador de políticas públicas, deve financiar as organizações empreendedoras.

O turismo como fenômeno humano pode resgatar a perspectiva empreendedora schumpeteriana. As capacidades humanas devem ser aproveitadas nos seus próprios espaços locais (de permanência humana), evitando a migração forçada (deslocamento desumano) e, na maioria das vezes, danosa às populações rurais, inclusive reforçando a favelização dos pólos urbanos.

Os recursos locais devem ser geridos pelos próprios espaços locais. Os espaços locais são verdadeiros incubadores das atividades econômicas, sociais e ambientais, simulando uma perspectiva global (Sampaio, 1996). Cada localidade deve aprender a brigar *cada uma com o calo que lhe dói*: o hotel que despede funcionários em massa, o êxodo rural ou urbano, a indústria que está matando o rio local, o nível de educação das escolas (DOWBOR, 1980; 1994). Para promover o empreendedorismo turístico do tipo endógeno, deve-se iniciá-lo através de agendas 21 para o turismo (OMT, 2002).

3 – UMA METODOLOGIA PROSPECTIVA

Acredita-se que o debate central inserido no paradigma do desenvolvimento sustentável é a tentativa de superar as polaridades existentes entre as análises positivista / fenomenológica, os métodos quantitativo / qualitativo, os estudos disciplinares e multidisciplinares, as esferas privada / pública, as decisões racional / não-racional, sobretudo as racionalidades econômica / não-econômica, entre outras, propondo um processo dialógico complexo entre visões contrárias, pois apresentam ambigüidades, ora se complementando ora se interpenetrando, que devem ser vistas como potenciais criadores que enriquecem o processo de gestão organizacional (SAMPAIO, 2003a).

Assim poderia ser superada a visão holística míope do dito popular, segundo o qual o todo é maior do que a soma das partes. De acordo com Morin e Moigne (2000), e fazendo uma analogia com a tomada de decisão coletiva – como é a priorização de problemas mais importantes em uma metodologia do PNMT (Plano Nacional de Municipalização do Turismo) –, percebe-se que esta supera o somatório de decisões individuais; entretanto, as qualidades intrínsecas dessas decisões, como é a opinião de um tomador de decisão, não podem se exprimir plenamente, isto é, elas são inibidas no todo. Deduz-se, então, que o todo é concomitantemente mais e menos que a soma das partes.

Espera-se também avançar sobre a visão disciplinar de pesquisa técnica e acadêmica, na qual o objeto de pesquisa é analisado apenas por um pesquisador ou, muitas vezes, também, por um grupo de pesquisadores que, mesmo sendo de áreas profissionais distintas (multidisciplinares), têm ainda uma visão estreita de mundo (MORIN; KERN, 1995). Da mesma maneira, ultrapassar os limites do enfoque interdisciplinar que, segundo Morin e Moigne (2000), é a colaboração e comunicação entre as disciplinas, guardadas as especificidades e particularidades de cada uma, para que se possa experimentar a transdisciplinaridade que, *a priori*, cria um campo de saber com autonomia teórico-metodológica própria.

É necessário se fazer esforço para conduzir o estudo de

maneira interdisciplinar, isto é, buscar o entendimento articulado entre as disciplinas das várias ciências, sobretudo das Ciências Exatas e da Terra (Oceanografia), Agrárias (Agronomia), Biológicas (Biologia, Ecologia), Humanas (Geografia, História, Sociologia, Filosofia, Antropologia, Psicologia e Educação), Sociais Aplicadas (Economia, Administração e Contabilidade), e outras injustamente esquecidas.

Não se quer cair nos riscos da ideologia, do romantismo utópico e da generalização, muito menos no risco do ceticismo, da imobilidade e da especificação. Acredita-se que é necessário permitir uma flexibilização na busca do entendimento do saber científico, de modo que possa permitir mecanismos que transformem o conhecimento tácito, de difícil mensuração, em conhecimento explícito, racionalizado (POLANY, 1983).

Nos processos participativos, por exemplo, que se privilegiam nos âmbitos da Agenda 21 e do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), deve-se levar também em conta, além da diversidade de conhecimento racional encontrada entre sujeitos, uma significativa diversidade subjetiva de conhecimento tácito encontrada entre sujeitos que compartilham das mesmas argumentações racionais (SAMPAIO, 2003b). Isto é, *a racionalização, muitas vezes, consiste em elaborar uma explicação que é mais uma justificação dos nossos atos do que a avaliação adequada dos motivos que os ocasionaram. Emprega-se esse recurso, geralmente, quando nossos hábitos de agir ou os nossos padrões de comportamento entram em conflito recíproco. O indivíduo, nesta situação, pode mentir conscientemente ou iludir-se com alguma explicação que lhe pareça satisfatória, embora inadequada ao acontecimento real* (MANNHEIM, 1971, p. 57).

Existem processos que compartilham experiências, sem necessariamente utilizarem conhecimentos puramente racionais. Os aprendizes, por exemplo, trabalham com seus mestres e aprendem sua arte não através da linguagem (considerada racional), mas sim através da observação, imitação e prática (consideradas tácitas). É quase axiomático que o bom artesão é aquele que tem experiência, e que o bom gestor é aquele que possui vivência de campo (SAMPAIO, 2003a).

4 – UMA PRÁTICA PROSPECTIVA

O Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que, desde 1995, vem sendo implementado em 1200 municípios brasileiros de vocação turística, utilizando uma metodologia teórico-conceitual participativa da Organização Mundial do Turismo (Embratur, 2001) que pode ser entendida como promovendo o desenvolvimento sustentável, não conseguiu ainda transformar ações formuladas em resultados econômico-socioambientais efetivos às comunidades receptoras. Isto é resultado da disseminação de um conceito de turismo baseado sobretudo numa racionalidade econômica reducionista e normatizadora, que transforma o tempo livre, característica necessária para viver com felicidade, em lazer *customizado*³, típico de uma sociedade de consumo (HAULOT, 1991; KRIPENDORF, 2001).

Ao longo dos anos de estudo sobre PNMT, planejamento de bacias hidrográficas e planejamento que promove o desenvolvimento local ou microrregional, aplicaram-se basicamente duas metodologias de planejamento estratégico participativo (PEP) e gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável (SiGOS).

O PEP é uma metodologia considerada híbrida, isto é, incorpora elementos tanto do planejamento estratégico quanto do planejamento participativo. O PEP contempla simultaneamente as preocupações com os aspectos democráticos e estratégicos. Com a ascendência do enfoque do desenvolvimento sustentável, o PEP vem se afirmando também dentro desta nova contextualização, como uma importante ferramenta organizacional (SOUTO-MAIOR, 1991b; 1994a; 1996a). Derivando-se do PEP e de experiências de planejamento participativo que promove o desenvolvimento sustentável⁴, surge a Gestão Organizacional Estratégica para o Desenvolvimento Sustentável (SiGOS), que objetiva garantir que as ações

³ Terminologia administrativa que determina valor de mercado de alguma coisa, calculado monetariamente a partir do capital e do tempo gastos na sua produção e a margem de lucro de seu produtor.

⁴ Catalogadas no Centre International de Recherche sur L'Environnement et le Développement (CIRED) e no Centre de Recherches sur le Brésil Contemporain (CRBC) da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).

elaboradas sejam efetivamente executadas (SAMPAIO, 1999, 2000b).

A distinção que se faz entre PEP e SiGOS é que na prática o planejamento enfatiza a etapa de formulação de estratégias, e a gestão enfatiza a etapa de implementação destas. A implantação de estratégias (entendida também como gestão estratégica), dentro do contexto de PE, constitui, por sua vez, um parâmetro tão importante quanto o seu próprio processo iniciador, ou seja, o planejamento. Isto é, o que é realizado não precisa necessariamente ser planejado (SAMPAIO, 2002). O PEP e o SiGOS, enquanto metodologias para promoção do desenvolvimento sustentável, já foram testados, descritos e analisados, sobretudo no estado de Santa Catarina, em trabalhos teórico-empíricos de Souto-Maior (1991a, 1991b, 1993b, 1994a, 1994b, 1995b, 1996a e 1996b) e de Sampaio (SAMPAIO; ALVES, 1995; SAMPAIO; D'OLIVEIRA, 1996; SAMPAIO, 1997a, 1997b, 1997c, 1997d, 1997e, 1997f, 1998, 2000, 2001), juntamente com a Associação de Profissionais de Planejamento Estratégico e Participativo (APEP)⁵.

Diante dessas experiências, verificou-se, na prática, dois pontos comuns importantes. O primeiro ponto é que o planejamento/gestão pode ser dividido em três etapas, que compreendem: elaboração, implantação e avaliação. De um modo geral, a etapa de elaboração é aquela que propõe os problemas mais importantes (questões estratégicas); a etapa de implantação é a que soluciona os problemas, e a etapa de avaliação é a que tenta garantir que as soluções dos problemas sejam de fato implantadas. O segundo ponto relaciona-se com essas três etapas do planejamento/gestão: os problemas não são difíceis de serem elaborados; as soluções dos problemas não são fáceis de serem encontradas; é muito difícil garantir que as soluções dos problemas sejam de fato implantadas.

Diante desses graus de dificuldade apontados nas etapas de implantação e avaliação do planejamento, ou seja, soluções

⁵ APEP é uma associação formalmente originada de um núcleo de estudos informal, denominado Pólis, que mais tarde passaria a se chamar Pólisul. Este núcleo vinculava-se, em 1992, à área de Políticas Públicas e Governamentais (PPG) do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

dos problemas e implantação dessas soluções, surgiu o interesse de propor uma alternativa para superá-los. Sampaio (2000) sugere que a gestão organizacional (empresas, organizações públicas, organizações não-governamentais, bem com arranjos institucionais que compõem esses três tipos de organizações) deve ser conduzida parametrizada por critérios extra-organizacionais (fora da organização) com dimensões socioeconômico-ambientais (sustentáveis) para poder corrigir os equívocos provocados por um modelo de gestão que privilegia apenas critérios interorganizacionais com dimensão econômica.

Critérios extra-organizacionais com dimensões sustentáveis, tais como preconizados pelo Blue Flag Programme (UNEP, 2002), chamados de efetivos, devem guiar os interorganizacionais, caracterizados como eficientes e eficazes. A eficiência é medida através dos processos de produção, e no seu conjunto se determina o grau de produtividade; e a eficácia é verificada através dos resultados desses processos de produção, e no seu conjunto se determina o grau de competitividade.

Não se quer que a efetividade seja um critério que se sobreponha aos de eficiência e eficácia, mas se deseja direcioná-los de modo que possam superar, no seu âmbito interorganizacional, o mero cálculo meios-fins utilitaristas, equacionados apenas na dimensão econômica.

A efetividade organizacional se alcança quando o ambiente organizacional – oportunidades, ameaças, pontos fortes e fracos – dimensiona socioeconômico-ambientalmente a realidade, de modo que possam surgir questões e ações estratégicas que superam a visão unidimensional da racionalidade econômica.

O processo organizacional parametrizado pelo critério efetividade tem que ser conduzido de maneira participativa⁶, ou melhor, compromissada⁷, que permita diagnosticar uma realidade problemática e, ao mesmo tempo, criar ações multidisciplinares para corrigi-la.

⁶ Participação é o processo de se tornar parte de alguma coisa por opção (SENGE, 2001).

⁷ Comprometimento vai além de um estado de participação, é um sentimento de total responsabilidade na transformação da visão (ideal) em ação (realidade) (SENGE, 2001).

O marco desencadeador dessa participação compromissada é quando o sujeito da análise e da ação se inter-relaciona com o objeto de maneira substantiva. Eles, sujeito e objeto, se misturam pelo menos em algum intervalo de tempo. As conseqüências da ação do sujeito impactam sobre ele mesmo, isto é, quando o próprio sujeito se sentir parte do objeto.

A insatisfação moral ou vácuo institucional, mencionado anteriormente, surge a partir de uma disposição de fazer sacrifícios (quando se faz algo contra os interesses próprios) para promover valores, como justiça social e bem-estar da comunidade. Se uma pessoa ajuda alguém em estado de miséria (quando os rendimentos econômicos não permitem satisfazer as necessidades de alimentação), movido por um sentimento de mudança de um sistema econômico que acha injusto, isto pode ser chamado de comprometimento (SEN, 2000).

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As contribuições substanciais deste ensaio ressaltam conceito, metodologia e prática prospectivas sobre a temática do turismo, surgido a partir de um referencial bibliográfico das ciências humanas que complementou o das ciências sociais aplicadas. Inclusive, cada vez mais se torna freqüente a interação entre estas duas grandes áreas de conhecimento no âmbito de núcleos interdisciplinares de pesquisa em desenvolvimento e meio ambiente, arriscando-se dizer que há uma emergência das ciências ambientais.

O conceito de turismo que se definiu foi o estudo da relação entre o deslocamento, sinônimo de movimento migratório entre espaços locais, e a permanência humana, concebida como movimento de fixação em espaços locais, parametrizada na dimensão espaço-tempo. O turismo é causa-efeito de uma dinâmica humana, incubando novos modos de agir, concomitantemente, quando modos de agir tradicionais estão desaparecendo.

Em relação à metodologia, sugeriu-se o enfoque interdisciplinar (parametrizado no transdisciplinar) como tentativa real de melhor entendimento do turismo como fenômeno humano, inter-relacionando diferentes visões disciplinares, ao

mesmo tempo que resguarda as particularidades de cada uma. Destacou-se a necessidade de incorporar, no debate científico, o conhecimento tácito, isto é, aquele que é de difícil racionalização unidisciplinar, embora não seja impossível interdisciplinarmente, existente em processos que compartilham experiências novas e que nem sempre se utilizam necessariamente de conhecimentos puramente racionais utilitaristas.

Enfim, como resultado desses conceitos e metodologia prospectivos, surge uma prática possível de solucionar os problemas nas experiências de implementação da Agenda 21 e do PNMT, entendida como um processo que deve tanto superar a racionalidade utilitarista econômica, inserida em critérios de eficiência e eficácia organizacional, muitas vezes auto-denominadas participativas, quanto incorporar outras formas de racionalidades mais substantivas e, ainda, de conhecimento tácito, contida em critérios de efetividade extra-organizacional, ou, melhor, quando existe o compromisso organizacional para promover valores como justiça social e bem-estar da comunidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DE MASI, Domenico. *O ócio criativo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DOWBOR, Ladislau. Município e meio ambiente. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE UNIVERSIDADE E MEIO AMBIENTE, 4. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1990.
- DOWBOR, Ladislau. *Poder local*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- EMBRATUR. *Anuário Estatístico da Embratur*. Brasília, 2001. v. 28.
- HAULOT, Arthur. *Turismo social*. México: Trilhas, 1991.
- HAWKING, Stephen W. *Uma breve história do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.
- HUMAN DEVELOPMENT REPORT. New York: Oxford University Press, 1999.
- KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2001.
- KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- MANNHEIM, Karl. *Sociologia sistemática: uma introdução ao estudo da sociologia*. São Paulo: Pioneira, 1971.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MORIN, Edgar; LE MOIGNE, Jean-Louis. *A inteligência da complexidade*. São Paulo: Peirópolis, 2000.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. *Terra Pátria*. Porto Alegre, 1995.

OMT. Desarrollo sostenible del turismo. Disponível em: <www.world-tourism.org/espanol/index.htm> Acesso em: 25 nov. 2002.

POLANY, Michel. *The tacit dimension*. Gloucester (Mass): Peter Smith, 1983.

SACHS, Ignacy. *Espaços, tempos e estratégias do desenvolvimento*. São Paulo: Vértice, 1986.

SACHS, Ignacy. *Pequena produção e o modelo catarinense de desenvolvimento*. Ciclo de Debates sobre a Pequena Produção e o Modelo Catarinense de Desenvolvimento. Florianópolis: Conferência Habitat, 2001.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Arranjos institucionais para o desenvolvimento sustentável local. *Revista de Administração Municipal*, Rio de Janeiro, v. 43, n. 219, p. 71, 1996.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Gestão organizacional estratégica para o desenvolvimento sustentável*. Itajaí: UNIVALI, 2000.

_____. *Desenvolvimento sustentável e turismo*. Blumenau: FURB. 2003a. (no prelo).

_____. Um novo enfoque analítico de processos de tomada de decisão inseridos em metodologias de aplicação de Agendas 21 e PNMT: uma alternativa para promover o desenvolvimento turístico sustentável. *Turismo: visão e ação*, v. 6, n. 12, p. XX-XX, 2003b.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Sociologia do turismo*. Florianópolis: Manole, 2004. (mimeo)

SCHUMPETER Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Nova Cultural, 1987.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

TOYNBEE, Arnold Joseph. *Em estudo da história*. Brasília: Ed. da UnB; São Paulo: Martins Fortes, 1987.

UNEP. Awards for improving the coastal environment. Disponível em: <www.world-tourism.org/espanol/projects/ethics.html>. Acesso em: 25 nov. 2002.

WTO. Código ético mundial para turismo. Disponível em www.uneptie.org/pc/tourism/sensitive/blue_flag.htm>. Acesso em: 25 nov. 2002.